

# Postos de Verificação desfazem irregularidades

N. 9/7/83

por Felisberto Matusse

Improdutivos renitentes que não se inscreveram durante a primeira fase da «Operação Produção», actualmente na fase coerciva, estão a comparecer nos últimos dias nos Postos de Verificação a fim de prestarem contas e clarificarem a sua situação, depois da interpelação pelas Forças de Defesa e Segurança na via pública ou no domicílio. No entanto, embora seja uma minoria, muitos outros cidadãos, realmente trabalhadores, mas que por qualquer razão não possuem a documentação completa, também se têm deslocado aos Postos de Verificação, onde expõem os seus problemas.

As Forças de Defesa e Segurança, têm interpelado nesta fase, diversos indivíduos, de entre eles indocumentados, desempregados, ladrões, marginais, prostitutas, falsificados, entre outros.

Todos os elementos abordados na via pública ou no domicílio, incapazes de se identificarem como trabalhadores, ou de qualquer forma úteis à sociedade, são imediatamente encaminhados aos centros de verificação.

De acordo com o que verificámos ontem em alguns Postos de Verificação, a maioria dos indivíduos que aí ficam retidos, são suspeitos incapazes de provarem a sua verdadeira ocupação. Há casos em que aí permanecem mais de 24 horas antes de serem postos em liberdade ou enviados para os centros de evacuação, porque o esclarecimento da sua situação torna-se por vezes complexa.

Outro problema que tem conduzido algumas pessoas aos centros relaciona-se com domésticas que não estão legalmente casadas mas que vivem maritalmente, e ainda de trabalhadores domésticos que até à data não conseguiram obter o

Cartão de Trabalho, apesar de já terem diligenciado nesse sentido.

Um dos aspectos referidos pelos representantes da Justiça, que funciona nos postos, é o papel desempenhado pelos chefes de quartelões na denúncia e solução dos mais variados problemas.

Na Matola como no Bairro Central, informaram-nos que estes responsáveis desempenham um papel fundamental para a execução do trabalho, colaborando inclusivamente na clarificação da situação de alguns elementos surpreendidos pelas brigadas das Forças de Defesa e Segurança.

Na versão dos elementos que estão à frente das brigadas nos Postos de Verificação, casos de prostituição e marginalidade são frequentemente denunciados pelos chefes de quartelões, quando são chamados a deporem sobre qualquer indivíduo em poder do posto, permitindo deste modo que a justiça se faça e se preserve a legalidade.

## O JUIZ NÃO CONHECE NINGUÉM

Uma das observações feitas pelos juizes-presidentes dos bairros onde funcionam os centros de verificação, relaciona-se com o facto de as pessoas tentarem provar a sua idoneidade através do próprio juiz.

Sobre este assunto, António Chi-cuamba, Juiz-Presidente do Bairro Central disse que um juiz na realização do seu trabalho, não conhece ninguém, senão a lei que tem de defender para se fazer a justiça e garantir os direitos do cidadão, sem privilégios nem rancores.

Aquele responsável da Justiça

do Bairro Central, disse que todos os casos que têm aparecido e de difícil decisão por parte do tribunal, são convocados os chefes de quartelões e outras testemunhas para apresentarem provas.

— O que acontece é que os elementos chamados para deporem sobre determinado indivíduo quando em juízo, nada dizem e como não temos matéria suficiente, libertamos o acusado — confessou.